

Capital Social e Voto: reflexões sobre a relação entre mulheres consultoras *Natura* e a política

Geraldo Aleandro Junior¹
Natalia Cerri Oliveira²

Resumo

As teorias de Capital Social têm sido amplamente utilizadas para compreensão da qualidade das democracias. Em um cenário de aumento da alienação eleitoral no Brasil, o presente artigo buscar analisar a relação de mulheres das classes C e D com a política e com o voto a partir desse referencial teórico e da análise de grupos focais realizadas com as representantes comerciais da empresa Natura. A iniciativa da realização de grupos focais parte da observação do declínio das taxas de conhecimento em cidadania apuradas em pesquisas periódicas realizadas pela empresa para aprimoramento de suas ações de responsabilidade social corporativa. A partir da análise do conteúdo dos grupos, discute-se como fatores amplamente relacionados à crise política brasileira impactam diretamente a relação de tais mulheres com o voto e com o sistema político.

Palavras-chave: Vitalidade eleitoral; Voto feminino; Capital Social; Cidadania.

Estamos em crise democrática. Ainda que o entendimento das causas e por vezes a própria definição das formas assumidas nessa conjuntura ainda estejam em disputa, tanto na teoria crítica como em correntes mais ortodoxas, esse diagnóstico é consensual. A crise de legitimidade da representação política, a baixa adesão aos processos eleitorais, e sobretudo a emergência de governos

1 Gerente de Responsabilidade de Social da *Natura*, responsável pela plataforma de desenvolvimento social das consultoras *Natura*.

2 Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela *Fundação Getúlio Vargas*, especialista em Economia Urbana e Gestão Pública pela PUC-SP e Bacharel em Comunicação com habilitação em Relações Públicas pela Escola de Comunicação e Artes da *Universidade de São Paulo*.

autoritários que demonstram pouca ou nenhuma afeição pela democracia, são fenômenos ainda em busca de interpretação e explicação.

Na última década, foi vasta a produção de autores que se dedicaram a realizar uma análise desse fenômeno em andamento. Esses textos extrapolaram os limites da academia e se tornaram *best sellers* em livrarias, encontrando eco em cidadãos ávidos em compreender os “sintomas mórbidos” do seu tempo.

Segundo estudo do *Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral* publicado em 2021, o número de países que seguiram uma direção autoritária em 2020 superou os que seguiram uma direção democrática. Essa tendência negativa, estendida pela pandemia, já perdura por cinco anos - o período mais longo desde o início da terceira onda de democratização na década de 1970. Ainda segundo o relatório, é cada vez mais frequente o questionamento da integridade eleitoral - muitas vezes sem provas - mesmo em democracias estabelecidas. As alegações infundadas do ex- presidente dos EUA, Donald Trump, durante a eleição presidencial dos EUA em 2020 tiveram efeitos colaterais, inclusive no Brasil, México, Mianmar e Peru, entre outros (INTERNACIONAL IDEA, 2021).

No Brasil, o amadurecimento da democracia carrega consigo contradições herdadas ainda em seu nascimento. Florestan Fernandes, em seu artigo *Nem federação, nem democracia*, ao realizar uma revisão crítica da história da República brasileira, é contundente: a democracia não era fonte de preocupação que envolvesse ações políticas de organização de poder. A democracia era um feito de senhores, das elites para as elites. Ainda no mesmo artigo, Florestan afirma: “O republicano foi sepultado ao nascer” (FLORESTAN, 1990).

A Constituição de 1988 trouxe para a centralidade do debate público os direitos econômicos e sociais, mas também o impulso da renovação democrática. As experiências brasileiras em participação social e as inovações nos mecanismos para tal, como o caso do Orçamento Participativo e dos Conselhos Municipais de Saúde, chamaram atenção de países do capitalismo central, já naquela época preocupados com o déficit democrático.

Anteriormente na década de 1980, os movimentos demandaram a reestruturação institucional do país, buscando canalizar na democracia formal um processo inédito de democratização material:

Para, dessa vez, não repetir as barbaridades dos surtos de desenvolvimento anteriores, pensou-se tal transformação da sociedade brasileira ainda no eixo reforma- revolução: não poderia deixar os pobres de fora porque dependia da sua participação política ativa. (BRITO E OLIVEIRA, 2013)

A energia concentrada nesse esforço fez com que o processo constituinte, que conduziu à Constituição de 1988, tenha sido um dos pontos mais altos da democracia participativa no país. Talvez por causa disso, em sua Carta Magna, o Estado brasileiro foi capaz de produzir importantes inovações, conectando Estado e sociedade por meio de instituições que integravam, em fóruns participativos, movimentos sociais, grupos de ativistas e representantes da sociedade civil com representantes de diversos governos (RAMOS E FARIA, 2013).

A transição democrática, ainda que moldada pelos princípios da democracia liberal, teve uma vocação contra-hegemônica (SANTOS, 2016). Com o objetivo de contrapor o regime autoritário, a Constituição de 1988 dedicou um capítulo específico a respeito da organização político-administrativa, universalizando a participação cidadã.

A Constituição Federal de 1988 dá destaque à participação eleitoral, estabelecendo no art. 14 que a soberania popular se exercerá pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Entendido como direito público subjetivo do cidadão o poder de eleger, ser eleito e participar da organização e da atividade do poder estatal, “o sufrágio universal constitui princípio fundamental da democracia política brasileira, apoiado na identidade entre governantes e governados” (OXFAM, 2021, p. 20) permitindo assim uma ampliação sem precedente histórico do direito ao sufrágio. A inclusão de milhões de pessoas, anteriormente deixadas à margem do processo eleitoral (como por exemplo, os analfabetos), garantiu que extensa parcela da população efetivamente pudesse escolher seus representantes e participar de decisões públicas com reflexos importantes em sua vida e destino.

Pesquisa realizada pelo *Instituto Votorantim* (2022) demonstra que, de 1980 a meados dos anos 1990, a retomada de processos eleitorais livres e competitivos ocasionou forte participação nas primeiras eleições (INSTITUTO VOTORANTIM, 2022). Tal medida teve impacto no atingimento de elevadas taxas de participação eleitoral, inclusive dos mais pobres (OXFAM, 2021). De 1998 a 2006, a partir da implementação das urnas eletrônicas, é possível identificar uma segunda onda de democratização do processo eleitoral, com impacto na redução de votos brancos e nulos e também pela participação ativa de eleitores, com redução na abstenção (INSTITUTO VOTORANTIM, 2022).

No entanto, a política brasileira atravessou, ao longo da última década, uma de suas maiores dificuldades históricas. Uma crise que abrangeu as mais diversas instituições e atores - sistema partidário, partidos, além da própria dimensão da representação que, combinada a uma crise econômica, ganhou contornos estruturais que fazem com que os instrumentos que temos a nossa disposição para superá-la não parecessem suficientes.

Concomitantemente, desde 2006, observamos um crescimento, lento e gradual, mas consistente, do fenômeno delimitado como alienação eleitoral – que abrange o não comparecimento às urnas e a incidência de votos brancos e nulos. No entanto, os dados indicam que a alienação eleitoral no Brasil não pode ser tratada como um fenômeno crescente ou decrescente sem identificar o pleito de qual se está diante, bem como não pode ser associada com uma automática despolitização da sociedade (INSTITUTO VOTORANTIM, 2022).

A alienação eleitoral tem uma dinâmica diversa em relação à dimensão do pleito em questão: federal, estadual ou municipal (quanto mais próximo o cargo representativo em disputa da realidade do eleitor, maior estímulo para ir votar). Além disso, as evidências demonstram que o processo de aumento da alienação eleitoral não é homogêneo em todo o País, aumentando a importância de abordar essa heterogeneidade sem assumir a existência de uma única realidade política nacional (INSTITUTO VOTORANTIM, 2022).

Diversos pesquisadores se dedicam a compreender quais os determinantes individuais da alienação. De acordo com o mesmo levantamento, há o indicativo de que o padrão de votos brancos e nulos no Brasil está associado a variáveis atitudinais, como insatisfação com a democracia e a identificação partidária.

Segundo dados do TSE (2022) as mulheres compõem a maioria do eleitorado brasileiro e correspondem a 52,65% das pessoas aptas a votar. Apesar disso, continuam sub-representadas nos espaços políticos e de poder. Considerando o contexto delimitado acima e ressaltando a necessidade de realizar explorações de contextos políticos específicos para apreensão do fenômeno de alienação eleitoral, este artigo busca investigar quais os fatores influenciam a relação de mulheres de classe C-D com a política.

A pesquisa que sustenta a produção do artigo foi elaborada a partir da observação do declínio do IDH Cidadania da Consultora *Natura* (IDH-CN). O IDH é uma ferramenta criada em 1990 para medir o progresso das nações para além de indicadores estritamente econômicos. A *Natura* adaptou esse índice para avaliar a qualidade de vida de suas revendedoras, as chamadas consultoras *Natura*. Ou seja, a metodologia original do IDH foi adaptada para fins corporativos. A realização de uma pesquisa como essa, busca apoiar a empresa no desenvolvimento de ações de responsabilidade social corporativa que efetivamente impactem no desenvolvimento humano de suas revendedoras. Com base nos resultados do IDH-CN, a empresa organiza ações e concentra esforços em áreas de maior necessidade.

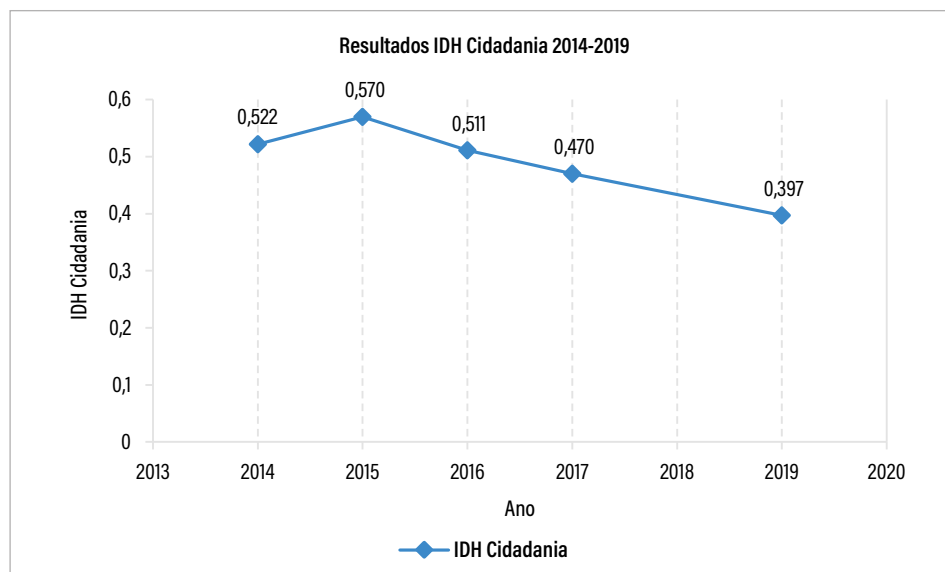
O IDH-CN considera três áreas: trabalho, educação e saúde. Cada uma gera uma nota, de zero a um, como no IDH original. O levantamento é realizado

bienalmente desde 2014 e ajuda a entender diferenças regionais do universo de 1,2 milhão de consultoras Natura espalhadas pelo país. Dessas, 92% são mulheres, 67% casadas, 78% com filhos (NATURA, 2019). Em média, têm 12,4 anos de estudo, ante 9,3 anos do brasileiro em geral. O IDH corporativo mantém as dimensões do IDH tradicional, ou seja, vida saudável, conhecimento e padrão de vida digno, mas adota uma perspectiva granular, baseada em microdados.

No caso da dimensão do conhecimento, mais do que apenas usar medidas de escolaridade, o índice testou o conhecimento real das consultoras em três grandes áreas caras à empresa: letramento financeiro, inclusão digital e cidadania. As consultoras foram convidadas a responder a perguntas sobre como usam seu dinheiro, bem como sobre conhecimentos financeiros gerais, e a taxa anual de inflação do país. As questões sobre inclusão digital referiam-se aos padrões de uso do computador e da internet. As perguntas sobre cidadania envolviam informações muito básicas sobre o país, como o nome completo do presidente e o primeiro nome dos candidatos à presidência durante as eleições presidenciais do Brasil.

Especificamente na dimensão de cidadania, as últimas três medições (2016, 2017 e 2019) registraram significativa queda. Quando observado o período de 2014 a 2019 houve queda de quase 24%:

Gráfico evolutivo da dimensão de cidadania do IDH-CN.



A partir da observação dos dados acima foi realizada, em 2022, uma pesquisa de caráter qualitativo para explorar fatores que pudessem explicar a queda nos números e apontar para a empresa possibilidades de intervenção a partir de ações de responsabilidade social corporativa. A metodologia utilizada para a coleta de dados foi a realização de grupos de discussão exploratórios, nos quais os grupos estiveram livres para colocar as suas ideias, mais do que necessariamente responder a questões específicas.

Os achados aqui apresentados fazem parte de observações realizadas em 08 grupos, cada um com até 06 mulheres. As mulheres entrevistadas eram todas consultoras *Natura*, de 20 a 45 anos e de classes C e D. Havia no grupo uma diversidade entre mulheres pretas, pardas e brancas do nordeste e do sudeste. A pesquisa foi conduzida pela consultoria política *Quid*.

O artigo buscará interpretar essas entrevistas a partir do conceito de Capital Social – debatido e trabalhado por vários autores ao longo das últimas décadas e comumente associado a discussões sobre a vitalidade do sistema democrático. Em seus estudos teóricos sobre o Capital “Simbólico” e sua relação com o Capital Econômico, Bourdieu recorre ao conceito de Capital Social para descrever os ganhos de um indivíduo ao ser parte de algumas comunidades, delimitando o conceito de capital social como os “recursos reais ou potenciais que se vinculam à participação numa rede estável de relações mais ou menos institucionalizadas de recíproca convivência e reconhecimento (...) que provê para cada um de seus membros o suporte do capital de propriedade coletiva” (BOURDIEU, 1986, p 21, tradução dos autores).

Este artigo tem um caráter exploratório. Sua intenção não é atribuir uma relação de causalidade entre o capital social e a participação política das mulheres, se não refletir sobre aspectos que emergiram das entrevistas para delimitar possíveis fatores que afastam ou aproximam mulheres da classe c-d da política. Para tal, está organizado em 5 seções, além desta, introdutória. Na próxima seção abordaremos algumas questões sobre a teoria do Capital Social que nos auxiliem na reflexão. A partir dessa perspectiva teórica, as falas analisadas ao longo dos grupos de discussão foram classificadas em três seções: na primeira – *A arena política como território hostil* – buscamos refletir sobre como alguns aspectos da crise política brasileira contaminaram o imaginário político das mulheres sobre a participação política com reflexos no nível de confiança nas instituições públicas e no sistema democrático.

Na segunda – *A difícil conexão entre o sistema político e a vida cotidiana* – nos aprofundamos no distanciamento da política da vida dessas mulheres, a partir da emergência de modos de vida neoliberais, onde sucesso e fracasso são exclusivamente responsabilidades pessoais, com impactos na organização cívica ou

comunitária. Por fim, tratamos do encanto e desencanto com a política, quando investigamos o tema da esperança no sistema político. Há ainda uma breve seção conclusiva, com algumas considerações finais.

Capital social e democracia

O termo Capital Social elaborado por Bourdieu foi especialmente difundido por Putnam, a partir dos seus estudos empíricos sobre as diferentes culturas cívicas e comunitárias constituídas nos territórios do Norte e do Sul da Itália e suas relações com o desempenho institucional e o desenvolvimento econômico dessas regiões (PUTNAM, 1996). Em sua obra, o autor reforça a ideia de que as redes de conexão entre indivíduos e suas consequentes normas de confiança e reciprocidade são positivas não só para esses indivíduos, mas especialmente para as comunidades onde eles estão inseridos.

Nesse sentido, o Capital Social é localizado como um elemento central na explicação de como as práticas cooperativas oriundas da estruturação de pessoas em grupos podem produzir melhores indicadores de confiança política e participação cívica, fortalecendo assim o próprio sistema democrático local e o bem-estar social (SACCHET 2009, BAQUERO 2008). Em consonância, Halpern (2005) explica que:

As sociedades não são compostas de indivíduos atomizados. As pessoas estão conectadas umas às outras por meio de estruturas sociais intermediárias – redes de associação e entendimentos compartilhados de como se comportar. Esse tecido social afeta muito com quem e como interagimos e cooperamos. É esse tecido cotidiano de conexão e cooperação tácita que o conceito de capital social pretende capturar. (HALPERN, 2005 apud BAQUERO, 2008, p.399 tradução do autor)

A partir dessa perspectiva, o ato de um indivíduo ser parte de um grupo social, assim como as relações existentes entre essas diferentes redes de pertencimento estabelecidas e a interação entre indivíduos e grupos com outras instâncias de poder econômico e político são dinâmicas que fomentam a produção e a disseminação de capital social:

A suposição básica de Putnam é que membros de associações tendem a ser política e socialmente mais ativos, dando suporte às normas democráticas. Isto significa que a densidade de todos os tipos de associações em uma dada sociedade representa o seu estoque de confiança e reciprocidade, isto é, seu estoque de capital social. (FREY, 2003, p.178)

As ideias de Putnam se tornam especialmente relevantes em um contexto de erosão do engajamento cívico. Seus estudos sobre Capital Social são uma base teórica para análise da vida em sociedade contemporânea. A partir de Putnam é possível atribuir a noção de que são as organizações básicas da vida social que norteiam o estabelecimento de normas e padrões comuns, para a promoção de confiança social e interpessoal e, em decorrência disso, para o crescimento do engajamento cívico. Nesse sentido, o conceito de capital social é recorrentemente associado a reflexões sobre a vitalidade do sistema democrático: à difusão de conhecimento político, aos níveis de confiança da população nas instituições, à capacidade de desenvolvimento econômico local e de acesso ao bem-estar social. Essa relação é baseada na premissa de que a adesão de indivíduos a grupos e redes formais e informais fomenta virtudes cidadãs e cívicas, ao fortalecer um “viver coletivo”. O capital social proveniente dessa dinâmica promoveria uma maior confiança nas instituições e regras da democracia e assim, sistematicamente, poderia capacitar públicos politicamente minorizados a construir suas demandas em espaços institucionais com mais força, trazendo ganhos econômicos e sociais para as suas comunidades locais (BAQUERO, 2008).

Sacchet (2009) demonstra como a obra de Baquero tem se empenhado a identificar os efeitos da globalização na democracia. O autor discute como a globalização submeteu decisões e processos políticos à lógica da economia, transformando a democracia em um processo político meramente formal, com impactos para configuração do Estado contemporâneo. O autor ainda reflete que o déficit da democracia institucional é ocasionado porque a mesma limita a participação dos cidadãos a períodos eleitorais por meio do voto “tornando-os meros espectadores de processos políticos forjados em espaços isolados, sobre os quais eles têm pouco controle e discernimento” (SACCHET, 2009, p.313).

No Brasil, o conceito de capital social foi incorporado às discussões de autores como Baquero e Avritzer, que se dedicam ao estudo dos movimentos sociais e da sociedade civil. Tal ideia buscou subsidiar a discussão sobre a da qualidade da democracia e desempenho das instituições democráticas, buscando diferenciar os aspectos referentes ao desenho institucional do nosso sistema político dos problemas relacionados ao tecido social brasileiro. Apesar de utilizarem diferentes bases referenciais, ambos ressaltavam que a qualidade da democracia e o desempenho institucional são variáveis diretamente associadas aos níveis de organização societária. Como sintetizado por Sacchet (2009) “As instituições e regras democráticas funcionam mais eficazmente onde há uma forte sociedade civil” (SACCHET, 2009, p. 313).

O referencial conceitual oferecido pela Teoria do Capital Social é útil por localizar na rede de relações conceito caro a *Natura*, potência para fomentar dinâmicas de confiança na base da sociedade com impactos exponenciais para a qualidade da democracia brasileira. Nas próximas seções, utilizaremos parte deste referencial para analisar a relação das consultoras *Natura* com a política e com o voto.

A arena política como território hostil

A grande maioria das mulheres que participaram das discussões tratam a política com ojeriza e a caracterizam como um ambiente inóspito, rude, áspero, quase “criminalizado”. Quando perguntadas sobre qual o sentimento que elas têm sobre o termo política, os principais atributos colocados são negativos: sujeira, corrupção, decepção, mentira, entre outros.

Ao longo das trocas, fica evidente como o avanço da polarização política ao longo da última década se desdobrou em uma percepção violenta do espaço político. Grande parte dessas mulheres relatam que por mais que elas tenham opiniões e perspectivas individuais sobre a vida pública, preferem não colocá-las para discussão em conversas com outros indivíduos ou intragrupos, por medo de possíveis retaliações ou pressões.

É comumente verbalizado ao longo dos grupos focais que a política para elas é algo a ser acompanhado de longe, até mesmo em ecossistemas sociais próximos e com atores de confiança, como por exemplo suas próprias famílias e seus vizinhos. Esse medo pode ser materializado na fala abaixo:

Entrevistada 01 (E01): *“Política é algo estranho pra conversar, porque não é conversa, é sempre na discussão e na discórdia.”*

A arena política percebida como um espaço inseguro é também caracterizada por essas mulheres a partir de relatos sobre o imenso volume (e intensidade) de informações e notícias sobre o cenário político recebidos diariamente por essas pessoas, bem como o seu canal de acesso, primordialmente pelas redes sociais. Algumas entrevistadas afirmam que se sentem muito confusas ao lidar com esse “bombardeio” de conteúdos e que consideram muito complexo o processo de checar se alguma informação é verdadeira ou falsa.

A percepção da análise do conteúdo é que esse encontro entre o alto volume de conteúdos recebidos e a incerteza generalizada sobre a veracidade dessas informações gera um “nevoeiro” (WISNIK, 2018), que sistematicamente as afastam das reais discussões de bem-estar social e econômico no país.

Os três aspectos descritos pelas mulheres entrevistadas compõem importantes debates acerca da política nacional. Na última década, o tema da criminalização da política foi amplamente discutido por teóricos brasileiros. No Brasil, especialmente a partir da Lava-Jato houve um forte crescimento da antipolítica, explicada por Avritzer (2020) como reação à ideia de que instituições e representantes eleitos devem discutir, negociar e processar respostas a temas em debate no país. A partir da luta anticorrupção, a antipolítica produziu, além de uma negação de atributos como a negociação ou a coalizão, a aposta em uma criminalização crescente da atividade política com custos altos para o sistema representativo.

Também no contexto político brasileiro pós-2013, o tema da polarização aparece com maior intensidade no debate nacional, a partir da importação de um conceito que já era recorrente na ciência política norte-americana. O surgimento de uma direita radical e mais organizada foi fundamental nesse processo: quanto mais uma pessoa se identifica com um extremo do espectro político, mais ela tenderá a construir essa identidade de modo totalizante.

As eleições de 2018, colocaram atenção para as amplas redes de notícias falsas, determinadas como *fake news*. Rodrigo Nunes (NUNES, 2022) chama atenção para como a nova configuração da economia da informação, restrita à busca pelo maior número de cliques, favorece declarações extremas e a construção de personagens polêmicos. Além disso, a própria dinâmica das redes sociais provoca processos cismogênicos, no qual grupos respondem uns aos outros com reações que consolidam não apenas suas identidades, mas também sua oposição mútua.

Esses fenômenos, que de certa maneira são característicos do contexto político nacional têm impactado não só a vida política imediata do Brasil, se não na própria relação dos cidadãos com a democracia. No caso das mulheres escutadas ao longo da pesquisa, o intencional distanciamento das discussões sobre a vida pública e as rachaduras provocadas pela polarização entre seus grupos comunitários incidem diretamente no capital social adquirido e compartilhado por esses indivíduos, se transformando em um sentimento de desconfiança do sistema político.

A difícil conexão entre o sistema político e a vida cotidiana

Ao longo dos grupos de discussão, são raros os momentos de elaboração racional entre os efeitos práticos das políticas públicas no cotidiano dessas mulheres e suas famílias. Um exemplo interessante é que quando perguntadas sobre o que as separa de seus sonhos e ambições pessoais, grande parte das entrevistadas colocam o empenho individual como a grande força motriz de empreendimento da vida, em detrimento de soluções coletivas, como as políticas públicas.

Essa dinâmica é acentuada pelo baixo conhecimento teórico acerca dos diferentes papéis e responsabilidades das instituições e representantes do sistema político: Embora exista uma ideia generalizada de que o sistema político é um complexo arranjo que envolve vários atores interdependentes entre si, poucas entrevistadas conseguem discernir as funções executivas, legislativas e judiciárias na gestão do estado brasileiro, bem como o papel dos diferentes partidos políticos e organizações da sociedade civil nesse sistema.

Vale ressaltar que nenhuma das mulheres que compuseram a amostra destacada para essa pesquisa apresentou qualquer tipo de vínculo com os mecanismos formais e organizados de acesso à arena política para além do voto, como por exemplo, conselhos e conferências populares ou partidos políticos. Uma hipótese que poderia explicar essa falta de adesão é justamente a não percepção clara das decorrências do sistema político em seu contexto individual. Outra hipótese é de que a participação dessas mulheres nesses espaços poderia alavancar o seu conhecimento sobre a mecânica de funcionamento da máquina pública e do sistema político.

Por fim, percebe-se que esse cenário incide em um sentimento de abandono dessas mulheres por parte do sistema político. Algumas falas expressam esse sentimento propagado entre as mulheres que participaram dos grupos focais:

E02: *“A gente é tudo no dia da eleição, passou dali ninguém mais nos escuta, ninguém mais nos dá atenção”*

O contexto em que o voto é reconhecido por essas mulheres como o único ponto de interação existente entre elas e o sistema político as coloca em uma posição de espectadoras (BAQUERO, 2008) da esfera política. Essa cidadania passiva é aprofundada pela não aderência a processos participativos capazes de transformar pautas individuais em esforços coletivos (SACCHET 2009). Diversos autores consideram que o processo político formal da democracia contemporânea é insuficiente para dar vazão às demandas cidadãs da população brasileira (SANTOS, 2002; BACHERO, 2008; AVRITZER, 2020). Nesse sentido, a organização da sociedade civil - e o consequente fortalecimento de interesses coletivos de suas distintas comunidades de pertencimento a partir de um maior capital social - seria um elemento determinante para o fortalecimento da confiança no sistema político e nas instituições democráticas.

No âmbito de reflexões sobre o neoliberalismo, autores como Fraser (2018) e Nunes (2022) abordam a ocupação do centro do debate político pelo campo moral, em detrimento das discussões econômicas que poderiam pautar uma organização coletiva em prol do bem estar social como um fenômeno do nosso tempo. Fraser

considera que os movimentos progressistas se desconectaram da economia política, ignorando as transformações estruturais em andamento, enquanto os movimentos que se voltaram para agendas meritocráticas e individualistas passaram a ter mais visibilidade dentro do debate público (FRASER, 2018). O interesse coletivo cedeu o seu lugar à identidade individual como o principal motor da mobilização política.

O encanto e desencanto com a política

Ao longo das escutas dos grupos focais foi possível identificar dois modos distintos de se relacionar com o voto. Vamos denominá-los aqui como mulheres *encantadas* e *desencantadas*, em referência às formulações de Pierre Bourdieu a respeito do desencantamento do mundo (BOURDIEU, 1979).

Mesmo diante de um complexo panorama de deterioração da confiança dessas mulheres no sistema democrático, é possível perceber nas falas das *encantadas* uma espécie de esperança na possibilidade de mudança política através do voto. Além disso, elas demonstram compreender o sufrágio feminino como uma importante conquista, que deve ser reconhecida, respeitada e mantida:

E03: *“Não vejo alternativa de mudança que não seja através do voto.”*

E04: *“A gente lutou muito pra conseguir o direito de votar e não podemos abrir mão disso.”*

Uma reflexão possível a partir das falas dessa segmentação de mulheres é que a perspectiva de que o voto pode ser um instrumento para a transformação da realidade social, por vezes assume um caráter passivo, à medida em que essa esperança não se transforma em uma mobilização (individual ou coletiva) para a reconstrução do terreno político e na formação e legitimação de novas lideranças políticas identificadas com essa população. Por vezes, essa passividade externa aspectos que se assemelham à uma fé – quase religiosa – de que um dia poderá surgir um representante que possa alterar a lógica política do país:

E05: *“A gente tem que se apegar na esperança de que Ele (Deus) coloque alguém ali que realmente faça alguma coisa por nós”*

As *desencantadas*, em sentido contrário, localizam o voto como uma obrigação formal, citando inclusive as possíveis perdas de benefícios decorrentes de uma situação de inadimplência com a justiça eleitoral como um dos principais motivadores para a participação no processo eleitoral:

E06: *“Se (votar) fosse voluntariamente, as urnas estariam vazias”*

E07: *“E (se) a pessoa não for votar tem que pagar multa, né?”*

E08: *“O título do eleitor hoje, se você perder ele, bloqueia tudo nosso.”*

Outro aspecto interessante desse grupo de mulheres é a prevalência do sentimento de que o voto individual é insignificante frente ao montante coletivo de votos dentro de um processo eleitoral. Ainda, mesmo em um estado atual de desencanto com o sistema político, essas mulheres relatam que em momentos pregressos de suas vidas elas já passaram por momentos de “encantamento” pelo voto e pelo sistema político:

E09: *“Na primeira vez que eu fui votar gente, foi a coisa mais feliz da minha vida, eu estava me sentindo uma adolescente poderosa, ter a minha opinião válida para todo Brasil.”*

Falas como essa levantam a hipótese de que o *encantar* e *desencantar* pela política pode ser uma dinâmica pendular ao longo da jornada cidadã dessas mulheres. Futuros estudos poderiam se debruçar na investigação de quais são os motivadores desses movimentos.

Breves considerações finais

A crise democrática brasileira, caracterizada nesse artigo pela crescente alienação eleitoral e pelo sistemático distanciamento popular dos espaços políticos, é também uma crise da capacidade de criação e disseminação de capital social entre cidadãs e cidadãos brasileiros. É consenso que sistemas políticos se tornam mais eficientes e confiáveis quando há uma conformidade entre os indivíduos de modos e práticas que reconheçam e valorizem a vida coletiva e o processo democrático.

Diante desse contexto, é possível apontar possíveis caminhos para a atuação da *Natura* no intuito de aproximar essas mulheres do sistema político e incentivá-las a ter uma vivência cidadã.

Um primeiro caminho é a criação de programas focados em educação política para essa população. O acesso a capacitações relacionadas ao funcionamento do sistema político pode transformar essas mulheres em cidadãs mais ativas. Um segundo caminho que surge a partir das reflexões expostas nesse artigo, é o de estimular a vivência comunitária dessas mulheres, seja em espaços menos informais (como ONGs, grupos de bairro, redes de vizinhos etc.), ou em espaços mais formais de participação civil (como conselhos de políticas públicas e partidos políticos).

Partindo da premissa que a própria atividade comercial praticada por elas também pode ser compreendida como uma atividade comunitária, existe um potencial em mobilizá-las para a vida pública. Esses incentivos podem ser um impulso para a promoção da cidadania entre essas mulheres, saindo de uma dimensão cidadã passiva e individualista para uma orientação comunitária das formas de organização da vida. Um último caminho apontado ao longo dessa pesquisa é que a *Natura* possa atuar como uma espécie de facilitadora das conexões entre grupos comunitários organizados e liderados por essas mulheres a outros grupos da sociedade civil e também ao sistema político brasileiro, utilizando seus recursos corporativos para fomentar diferentes formatos de geração de capital social.

Conforme explicitado inicialmente, tal artigo, de caráter exploratório, busca se somar a um corpo de estudos que busca refletir sobre a qualidade da democracia brasileira, observando aspectos atitudinais das eleitoras. A observação dos sentimentos e pensamentos dos grupos de mulheres analisados aponta desafios para a democratização das relações sociais no Brasil, assim como possíveis campos de observação a serem explorados em outras pesquisas.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. **A crise do governo Bolsonaro**. São Paulo: Editora Todavia. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo: Estruturas econômicas e estruturas temporais**. Editora Perspectiva. 1979.

BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education** (pp. 241–258). 1986.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha. **Territórios transversais em Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

FERNANDES, Florestan. Nem federação, nem democracia. **São Paulo em Perspectiva**, 4 (1): 25 - 27, jan/mar. 1990. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v04n01/v04n01_05.pdf Acessado em 08/01/2023.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump-e além. **1. Política e Sociedade**, 17(40). 2018. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p43/43>

FREY, Klaus. Capital social, comunidade o e democracia. **Política & Sociedade**, 2, 175– 187. 2003.

INSTITUTO VOTORANTIM. A alienação eleitoral no Brasil Democrático, 2022. www.institutovotorantim.org.br. Acesso em 08/01/2023.

INTERNACIONAL IDEA. The Global State of Democracy 2021: Building resilience in a pandemic era. **International Institute for Democracy and Electoral Assistance**. 2021. <https://doi.org/10.31752/idea.2021.91>. Acesso em 08/01/2023.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. Ubu Editora. 2022.

OXFAM. **Democracia Inacabada: Um Retrato Das Desigualdades Brasileiras**. 2021. www.oxfam.org.br. Acesso em 08/01/2023.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SACCHET, Teresa. **Capital social, gênero e representação política no Brasil 1** (Vol. 15, issue 2). 2009.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RAMOS, Alfredo; FARIA, Claudia F. Las conferencias de políticas públicas en Brasil: hacia un sistema integrado de participación y deliberación a nivel nacional? **Revista Española de Ciencia Política**, v. 32, p. 43-63, 2013.

TSE. **Mulheres são a maioria do eleitorado brasileiro**. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/eleicoes-2022-mulheres-sao-a-maioria-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em 08/01/2023.

WISNIK, Guilherme. **Dentro do Nevoeiro**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.